



A importância da atuação dos sindicatos rurais: Um estudo no STTP, no município de Pombal-PB

The importance of rural unions: A STTRP study in Pombal-PB

Érika Lira da Silva¹, Allan Sarmiento Vieira², Maria do Rosário Cavalcante Silva³, Adriana Salviano de Andrade⁴ & Ingrid Gomes Nóbrega⁵

Resumo: Os sindicatos de trabalhadores rurais possuem o importante papel de representar e defender os direitos do trabalhador e da trabalhadora rural, na luta por conquistas trabalhistas e redução das desigualdades sociais no campo. É diante desse contexto que este trabalho apresenta por objetivo central, fazer um relato e análise da atuação do STTR - Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadores Rurais de Pombal, no interior do estado da Paraíba, relatando um pouco de sua história, suas práticas, conquistas e desafios, e correlacionando com os aspectos aos quais se propõem a função ativa de um sindicato rural, e assim destacar a relevância deste para os trabalhadores rurais do município de Pombal. O trabalho adotou como método de abordagem o hipotético-dedutivo, utilizando de procedimentos bibliográficos, documentais e por fim, realizando um estudo de caso. Os dados e informações foram coletados em outubro de 2019, através de uma entrevista realizada com a presidente do STTRP em exercício. Apesar das poucas informações em termos quantitativos, o estudo pôde constatar as principais práticas, serviços ofertados, conquistas e desafios, de forma a fornecer um panorama da atuação do STTRP, averiguando assim, que este apresenta grande importância para os trabalhadores e trabalhadoras rurais do município de Pombal, dentro de um contexto de dificuldades, de uma região de semiárido, de predominante agricultura familiar e de subsistência.

Palavras-chave: *Sindicalismo; Zona rural; Trabalhadores; Conquistas.*

Abstract: Rural workers unions have the important role of representing and defending the rights of the rural worker in the struggle for labor conquests and reduction of social inequalities in the countryside. It is against this background that this paper presents as its main objective, to make a report and analysis of the performance of the STTR - Pombal Workers' Union, in the interior of Paraíba state, telling a little of its history, its practices, achievements and challenges, and correlating with the aspects proposed by the active function of a rural union, and thus highlighting its relevance to rural workers in the municipality of Pombal. The work adopted as a method of approach the hypothetical-deductive, using bibliographic procedures, documentary and finally, conducting a case study. Data and information were collected in October 2019 through an interview with the acting STTRP president. Despite the little information in quantitative terms, the study was able to verify the main practices, services offered, achievements and challenges, in order to provide an overview of STTRP's work, thus finding that it is of great importance to rural workers in the municipality. Pombal, within a context of difficulties, a region of semi-arid, predominantly family and subsistence farming.

Keywords: *Unionism; countryside; workers; achievements.*

*Autor para correspondência

Recebido para publicação em 08/06/2020; aprovado em 30/06/2021.

¹ Graduada em Administração, Mestranda em Sistemas Agroindustriais, Universidade Federal de Campina Grande, erikaliradasilva@gmail.com; *

² Professor Doutor em Recursos Naturais, Universidade Federal de Campina Grande, allansarmiento@yahoo.com.br;

³ Graduada em Administração, Especialista Gestão Ambiental, Universidade Federal de Campina Grande, m.rosariocavalcante@gmail.com;

⁴ Graduada em História, Especialista Gestão Ambiental, Universidade Federal de Campina Grande, adrianasalviano18@gmail.com;

⁵ Graduada em Administração, Especialista em Auditoria Ambiental, Universidade Federal de Campina Grande, ingridgn.adm@gmail.com.

INTRODUÇÃO

No Brasil, a atividade rural compreende essencialmente a lavoura, pecuária, pesca artesanal e extrativismo. Decorrente de um contexto histórico, a atualidade é marcada pela existência de grandes desigualdades em relação ao acesso a terra, bem como as relações de produção e tecnologias utilizadas, valor e destino da produção. A produção de alimentos oriunda de atividades como agricultura de subsistência, pesca artesanal, e extrativista ainda é responsável pelo abastecimento de uma parcela significativa da população brasileira, alicerçadas nos esforços do trabalhador informal, em seio familiar, vivendo muitas vezes, nos limites da sobrevivência (DIAS, 2016).

Em 2010, segundo censo do IBGE, a população rural brasileira era de 30 milhões de habitantes, aproximadamente, o que representava 15,6% da população total do país. Mas, diversos fatores, como: maior concentração industrial nas áreas urbanas; escassez, penosidade e precariedade do trabalho no meio rural; fragilidade da oferta de bens e serviços pelo Estado meio rural (saúde, educação, lazer, transporte etc.); mudanças no processo produtivo na agricultura, dentre outros, contribuíram para que número de habitantes no meio rural diminuísse aceleradamente ao longo dos anos. A estimativa é que, em 2050, o meio rural poderá ter uma população de 18,1 milhões de pessoas, de um total de 226,3 milhões de habitantes no país (DIEESE, 2014).

Segundo Nascimento (2015), o trabalhador rural é aquele que, de forma individual ou em regime de economia familiar ou associativa, explora a terra, e obtém dela seu sustento. O mercado de trabalho rural, porém, tem apresentado continuamente uma forte redução, fato esse que se estende a todas as ocupações. Projeta-se que, em 2050, haverá um contingente de apenas 8,2 milhões de trabalhadores e trabalhadoras rurais, ou seja, um cenário onde a zona rural estará esvaziada, e cidades ainda mais inchadas, o que acarretará problemas difíceis de equacionar (DIEESE, 2014).

Conforme relata Nascimento (2015), essa classe trabalhadora encontra grandes dificuldades para conseguir um emprego formal, com “carteira do trabalho assinada”, recorrendo a trabalhos não fixos, por “diária”. Muitos trabalhadores e trabalhadoras rurais permanecem nessa situação de informalidade por anos, até alcançarem a sonhada aposentadoria. Os sindicatos constituíram, no decorrer da história, poderosas e imprescindíveis alavancas para conquistas sociais e até econômicas. Suas funções incluem representação, função negocial, e função assistencial (NASCIMENTO, 2015).

De acordo com Picolotto (2018), o sindicalismo dos trabalhadores rurais apresenta a maior rede de sindicatos do país, sendo um dos únicos segmentos que tem registrado aumento de filiações, girando em torno de quatro mil sindicatos, cinquenta federações estaduais e três confederações nacionais. Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), a taxa de sindicalização rural nas últimas décadas passou de 17% em 1992 para 24% em 2013.

Em meio a tantas dificuldades no âmbito rural, o associativismo/sindicalismo passou a ter maior importância, uma vez que representa um instrumento para a luta e conquista de objetivos comuns, de forma a trazer contribuições significativas para o desenvolvimento da cidadania, desenvolvimento da força da reivindicação, de pessoas que muitas vezes não conheciam seus benefícios. É através do associativismo, da união, que se torna possível o alcance real de determinados objetivos que de forma isolada, não seriam atingidos (MATTOSINHO et al., 2010).

Dessa forma, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais tem o papel de representar e defender os direitos do trabalhador e da trabalhadora rural, na luta em defesa dos direitos trabalhistas, no combate do trabalho infantil e escravo, da Previdência Rural, da Educação e Saúde para o campo, da Reforma Agrária e do Fortalecimento da Agricultura familiar.

É diante desse contexto que este trabalho apresenta por objetivo central, fazer uma análise da atuação do STTR - Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadores Rurais de Pombal, no interior do estado da Paraíba, relatando um pouco de sua história, suas práticas, conquistas e desafios, e correlacionando com os aspectos aos quais se propõem a função ativa de um sindicato rural, e assim destacar a relevância para os trabalhadores rurais do município de Pombal.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O Cenário Rural no Brasil

Segundo Marques (2002), o espaço rural, atualmente tem passado por um conjunto de mudanças com significativo impacto sobre suas funções e conteúdo social, o que tem levado ao surgimento de uma série de estudos e pesquisas. No Brasil, o despertar para esta problemática tem se dado principalmente entre os estudiosos comprometidos com a discussão de uma nova estratégia de desenvolvimento rural para o país, ou seja, a partir de uma perspectiva instrumentalista. Assim, para os estudiosos, a superação da extrema desigualdade social que marca a sociedade brasileira passa obrigatoriamente pela definição de políticas de valorização do campo.

Neste sentido, a busca de alternativas de planos de desenvolvimento para a exploração desta nova dinâmica territorial, é marcada pela necessidade de uma maior aproximação das relações campo- cidade, que está atrelada a políticas públicas que estimulem a formulação descentralizada de projetos capazes de valorizar as características locais e regionais nestes dois meios. Porém, a implementação de políticas pressupõe o diagnóstico da situação atual de desenvolvimento rural e urbano (MARCUIZZO; RAMOS, 2005).

Lutas e Conquistas do Trabalhador Rural

Em todo o país, a problemática envolvendo a questão da terra é uma realidade evidente, já que os avanços técnicos, além de possibilitar maior produtividade, também trouxeram a intensificação dos conflitos no campo, na busca pela conquista dos direitos da classe camponesa e agricultores (OLIVEIRA, 2001).

A importância da luta pelos interesses comuns, como parte de toda conquista, torna-se necessário para a efetivação dos benefícios almejados. É perceptível, que muitas das políticas públicas existentes são frutos das manifestações das classes interessadas, formando assim os movimentos sociais. As lutas históricas que permeiam as relações sociais estimulam a conquista dos Direitos Humanos, e esta se mostra estritamente ligada à necessidade de serem criados mecanismos e ações práticas que possam solucionar as necessidades geradas no conflito (CARLOTO; ATIYEL, 2014).

Sindicatos Rurais

Constata-se que, mudanças importantes ocorreram nas últimas décadas, com relação à forma de elaborar e instituir as políticas públicas no Brasil, em especial, a partir da Constituição de 1988, visando a sua democratização e descentralização. Em vista disso, muitas organizações, como associações, cooperativas e sindicatos, foram identificados como espaços institucionais de participação social, que podem contribuir nas discussões a respeito de estratégias e planos para o desenvolvimento rural local (TOLEDO; AMODEO, 2014).

Nessa configuração, após intensa mobilização de trabalhadores rurais assalariados e agricultores de base familiar, no início da década de 1960, é que trabalhadores e agricultores puderam ser reconhecidos como detentores de direitos trabalhistas, de previdência social e da proteção do Estado brasileiro (SILVA; DIAS, 2004). Assim, a partir de 1965 o regime militar unificou todas as categorias de trabalhadores rurais, ou seja, tornando em um só, criando o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de base municipal e, em nível estadual, a Federação dos Trabalhadores Rurais na Agricultura (FETAG), agrupadas nacionalmente sob a CONTAG- Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais na Agricultura (MALAGODI; BASTOS, 2013). Nessa perspectiva, a importância da luta sindical e as diversas conquistas, inclusive a redução das desigualdades sociais, torna-se relevante estudar de forma mais específica, a atuação dessas entidades.

METODOLOGIA

Com o intuito de alcançar os objetivos propostos, este trabalho adotou como método de abordagem o hipotético-dedutivo, conforme explicam Abrantes et al. (2017, p. 2) “sob o qual há uma premissa geral e

uma premissa particular, sendo estabelecida uma relação lógica entre o que é geral e o que é particular, desde que apontem para um resultado comum”. Dessa forma, parte-se da premissa de que a atuação de um sindicato rural apresenta grande relevância para conquistas sociais e trabalhistas dos trabalhadores rurais associados, e assim, faz-se uma relação com as informações obtidas através do objeto de estudo, nesse caso, o STTRP - Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadores Rurais de Pombal, e posteriormente é realizada a análise, para comprovação da hipótese. O STTRP está localizado no centro da cidade de Pombal, no interior do sertão paraibano. O município de Pombal possui uma extensão territorial de 889,493 km² e apresentou, no último censo realizado pelo IBGE (2010), uma população total de 32.110 habitantes, sendo que destes, 6.357 residentes na zona rural. A população estimada para 2019 é de aproximadamente 32.801 pessoas.

Quanto aos procedimentos, esta produção pode ser classificada como bibliográfica, em relação ao aporte teórico realizado para fundamentar a relevância da pesquisa; documental, pelo acesso ao conteúdo de um documento do referido sindicato; e estudo de caso, por retratar um objeto específico para aprofundamento do conhecimento sobre este.

Os dados e informações foram coletados em outubro de 2019, através de uma entrevista realizada com a presidente do STTRP em exercício, e consulta a um documento existente no sindicato, o qual consta um breve histórico da instituição. A entrevista contemplou aspectos como: organização e estrutura, serviços prestados, quantidade de membros e sua relação como sindicalizado, programas contemplados para o meio rural no município, conquistas e desafios. A análise dos dados se deu de forma exclusivamente qualitativa. Vale ressaltar que as informações aqui apresentadas foram autorizadas pelos dirigentes do sindicato para a sua publicação no presente estudo.

RESULTADOS

Breve histórico do STTRP

De acordo com STTRP (2017), sua fundação se deu em 1963, perante as delegações de trabalhadores rurais dos municípios de Pombal, Cajazeiras e Catolé do Rocha, sob o comando de pessoas influentes na época, como Frei Marcelino de Santana, e Monsenhor Oriel Fernandes, o então vigário da cidade. Em um contexto de conflitos e pressões oriundas da ditadura militar, mas ainda bastante influenciada pela Igreja Católica, foi reconhecida como entidade sindical no dia 01 de outubro de 1968, através da chegada da “carta sindical”, emitida pelo Ministério do Trabalho. Sobre esse contexto, Malagodi e Bastos (2003) ressaltam que, nesse período, para o surgimento dos sindicatos, foi marcante a presença e o trabalho de militantes de diferentes filiações ideológicas, abrigados em ONG’s, mas principalmente, os ligados à Igreja Católica.

É constituído para fins de estudos, defesa e coordenação dos interesses profissionais, individuais e coletivos dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, em situação ativa ou aposentados, regidos por Estatuto em consonância com a lei em vigor. Tem como objetivo defender os interesses da categoria, manter serviços de assistência aos seus associados, e lutar por melhores condições de trabalho, educação, saúde e lazer ao homem e mulher do campo. O Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Pombal representa os agricultores e agricultoras familiares parceiros, meeiros e assalariados rurais, assentados da Reforma Agrária, e extrativistas, ou seja, todos aqueles que compõem a categoria de trabalhadores rurais no município de Pombal (STTRP, 2017). A primeira eleição ocorreu em janeiro de 1969, sendo eleito o presidente Antônio José de Santana, que exerceu nove mandatos, ficando no comando do sindicato até o início do ano de 2007, quando uma nova diretoria foi eleita, tornando-se presidente Maria de Lourdes Santana dos Santos e Araújo (Lourdinha), estando a frente do sindicato desde então, sendo também reeleita para o quadriênio 2019-2023.

Organização do sindicato

Como entidade sindical, o mesmo é regido por Estatuto próprio, estando este de acordo com a legislação vigente. Para se tornar um sindicalizado, é necessário ser trabalhador rural, podendo ser proprietário de até 2 módulos fiscais iguais a 120 ha. Os mandatos possuem duração de 04 (quatro) anos, podendo, portanto, serem reeleitos, através de votação individual e secreta. Os critérios para concorrer a um cargo na diretoria são: ser sindicalizado, trabalhador rural e não possuir vínculo empregatício. A diretoria é composta por Presidente, Secretário e Tesoureiro. Na diretoria em exercício, a presidente possui nível de escolaridade superior, e os demais, ensino médio.

Em relação à estrutura, o prédio da sede é próprio, evitando assim, despesas com aluguéis. Não há veículo próprio, nem outros bens pertencentes ao STTRP, apenas os móveis e equipamentos de uso para o atendimento aos membros, na sede. O atendimento ao público ocorre na sede do sindicato, de segunda-feira à sexta-feira, das 7h às 11h e das 13h às 17h, e aos sábados, das 7h às 11h. Além dos três dirigentes, existem dois funcionários trabalhando sob regime celetista. Dentre os principais serviços ofertados aos trabalhadores rurais sindicalizados, estão: procedimentos para a aposentadoria rural (principalmente), auxílio doença, declarações para obtenção de benefícios sociais, como redução no valor de emplacamento de veículo, tarifa social na conta de luz, etc. Também há orientação em todo seguimento voltado para o homem e a mulher do campo, oferta de cursos, capacitações. Atualmente existem 970 membros sindicalizados. Quanto ao controle cadastral dos mesmos, este é feito de maneira manual, via arquivo físico, não havendo cadastro online. Isso torna mais dificultoso o acompanhamento efetivo dos sindicalizados em ativa participação. Um cadastro online poderia facilitar o controle e, proporcionar informações importantes

para a gestão do sindicato. Devido a esse fator, não existe um perfil traçado dos sindicalizados, sendo necessária uma pesquisa documental para evidenciar essa informação.

Os sindicalizados pagam uma taxa mensal, que é ajustada anualmente. No momento da pesquisa, o valor individual arrecadado pelo sindicato corresponde a R\$19,00. Porém, como não há um controle efetivo, muitos membros passam por longos períodos sem pagar a referida mensalidade, e só retornam quando necessitam de algum serviço ofertado pelo sindicato. Esse fato é descrito por Nascimento (2015), ao relatar que o pagamento das contribuições obrigatórias dos trabalhadores rurais para com os sindicatos acaba por não acontecer de maneira regular e constante, são “deixadas de lado”. Porém, quando precisam do sindicato para o processo de aposentadoria ou algum benefício social, é que ocorre a negociação e quitação dos débitos, que muitas vezes chegam há anos.

Relação sindicato - sindicalizados

Quanto à relação dos membros para com a atuação do sindicato, alguns aspectos são importantes, como a frequência e a participação nas reuniões/assembleias, ações e manifestações. O STTRP realiza uma reunião mensal, a cada 1º sábado do mês. Porém, a presidente relatou a pouca assiduidade dos sócios, e, apesar de não existir dados percentuais sobre a frequência dos sindicalizados, comumente costumam comparecer quando se trata de interesses particulares. Esse aspecto é profundamente negativo para uma entidade como o sindicato, pois para fortalecer a luta e a conquista de melhorias, a união e participação de seus membros são essenciais, conforme ressalta Malagodi e Bastos (2003), quando afirmam sobre a necessidade de novas formas de relacionamento entre sindicalizados, e dentre elas, a frequência maior em reuniões, eventos e manifestações organizados pelos sindicatos. Porém, é válido destacar que, apesar de um quantitativo reduzido de membros presentes, estes participam de forma efetiva, debatendo, e opinando sobre os assuntos abordados.

Já em relação ao conteúdo das reuniões e eventos, a entrevistada citou assuntos como: Previdência Social (mais debatido dentre todos os temas), direitos adquiridos, bem como a perda de alguns benefícios e direitos, especificidades do CAR (Cadastro Ambiental Rural), e demais temáticas pertinentes ao contexto local dos agricultores rurais. A exposição dos assuntos inerentes à luta trabalhista rural é um dos aspectos imprescindíveis dentro de uma organização sindical, uma vez que todos devem ter conhecimento do contexto em que se encontram, das necessidades e ensejos, e assim o planejamento das ações devem ser colocados em pauta, dando oportunidade para opiniões e debates, a fim de decidir quais medidas serão tomadas.

As prestações de contas são realizadas anualmente, ocasião na qual é feito o balanço patrimonial e apresentado aos membros, sendo todas as pautas registradas no livro de ata, bem como as listas de presenças

nas assembleias e reuniões, desde a sua fundação. Ao analisarmos essas práticas, é possível afirmar que o STTRP age positivamente, conforme explica Ferreira (2012), é imprescindível prestar contas dos recursos utilizados, o motivo e a finalidade dessa aplicação, bem como comprovar os referidos usos de recursos arrecadados, demonstrando aos interessados e, sempre com boa-fé e transparência. Também são confeccionados a nível de divulgação de ações e manifestações, fotos, banners, cartazes, e folders, e distribuídos gratuitamente aos membros.

Conquistas e desafios na luta sindical do STTRP

De acordo com Esmeraldo et al. (2017), as políticas públicas podem contribuir, assim, com a mudança social, por meio de mecanismos de redistribuição da renda, ampliação dos direitos dos(as) cidadãos(as) e democratização da sociedade. Nesse sentido, foi questionado acerca dos Programas sociais voltados para o trabalhador rural, implantados no município, uma vez que o STTRP está engajado junto com a ASA- Articulação do Semiárido Brasileiro – “uma rede que defende, propaga e põe em prática, inclusive através de políticas públicas, o projeto político da convivência com o Semiárido. As ações da ASA estão pautadas, principalmente, na cultura do estoque de água, alimentos, sementes, animais e todos os elementos necessários à vida na região” (ASA, 2019 p. 1).

Os programas citados foram: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar-PRONAF; Programa 1 Milhão De Cisternas - P1MC e Programa Uma Terra e Duas Águas- P1+2; Garantia Safra; Agro Amigo; Previdência Social, e CAR (Cadastro Ambiental Rural). Situação similar foi verificada no estudo de Abrantes et al. (2017), onde abordaram as principais conquistas da atuação do sindicato rural no município de Aparecida-PB, apresentando os dados de implantação dos referidos programas, que basicamente foram os mesmos destacados aqui. No entanto, STTRP não dispõe de dados que indiquem numericamente informações sobre a implantação dos programas citados. A ausência de tais dados e informações inviabiliza a construção de um panorama mais claro sobre a efetiva atuação do sindicato, desfavorecendo a elaboração de uma base de dados, para fins de uma gestão mais eficiente.

A maior conquista obtida através da luta sindical foi, segundo a presidente do STTRP, a retirada da aposentadoria do trabalhador rural da reforma da Previdência neste ano de 2019, e isso se deu através dos manifestos conjuntos dos sindicatos rurais em todo território nacional, sendo a Paraíba pioneira nessas lutas, destaca a entrevistada. Porém, não foi informada nenhuma conquista estritamente local, vinculada especificamente para os trabalhadores rurais do município de Pombal, através do STTRP.

Questionada sobre os desafios enfrentados pelo STTRP atualmente, a presidente destaca “o maior desafio é um governo federal contra os trabalhadores, contra os pobres e contra a nação trabalhadora brasileira [...]”. Na visão da mesma, os cortes e contenções de verbas realizadas pelo atual governo, bem

como as medidas tomadas para redução de custos, que englobaram diversos programas e órgãos de apoio, interferiu significativamente para um decréscimo no histórico de conquista de direitos e benefícios por parte da classe trabalhadora rural. Porém, salienta que a busca por melhorias irá ser sempre foco da atuação do sindicato.

Quanto às reivindicações no contexto atual, foram descritas as seguintes: educação no campo como ferramenta fundamental de resistência, a sucessão rural no campo através de projetos para a agricultura familiar, e a constante luta pela continuidade da Reforma Agrária assistida, com todos os recursos e apoio necessários, a implantação efetiva do projeto alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (PADRSS), que concentra as bandeiras de luta do movimento sindical rural visando à democratização do acesso a terra e políticas públicas, de forma a minimizar as desigualdades sociais no campo. Nesse sentido, todos os argumentos utilizados se fazem válidos, como destaca Nascimento (2015), o sindicato tem por dever reivindicar os direitos da classe, independente das mudanças políticas e econômicas, utilizando de mecanismos como negociação, representação e, em alguns casos, greves, manifestações, por meio da atuação da coletividade, onde, de forma organizada e planejada, vão às ruas, se reportam ao poder público, demonstrando assim, a força trabalhista em prol de suas reivindicações.

Quanto a projetos destinados ao homem e mulher do campo, não existe nenhum sendo desenvolvido no momento. Mas foram destacadas as parcerias existentes atualmente, entre o sindicato e instituições como o Banco do Nordeste do Brasil - BNB, Empresa Paraibana de Pesquisa, Extensão Rural e Regularização Fundiária - EMPAER, Secretaria Municipal de Agricultura de Pombal, e Universidade Federal de Campina Grande- UFCG- Campus local. Nesse sentido, há apoio a atividades esportivas como futebol rural, onde se incentiva a juventude rural na prática de esportes, como opção de lazer. Também são realizadas orientações nas reuniões nas comunidades para o cuidado com a preservação ambiental. Tendo em mente a importância do incentivo ao empreendedorismo rural, e fortalecimento da participação feminina no mercado de trabalho, cursos e minicursos como manejo de ovinocultura, apicultura, artesanatos, corte e costura, dentre outros, são ofertados periodicamente. Esse foi um dos aspectos de destaque para a atuação do sindicato pesquisado, uma vez que a melhoria na situação financeira dos trabalhadores rurais deve ser uma das prioridades de tal entidade.

CONCLUSÕES

Os sindicatos rurais representam a força de homens e mulheres que lutam por uma vida digna no campo. Sua efetiva atuação pode trazer conquistas e vários benefícios que vão além de questões financeiras. Apesar das poucas informações em termos quantitativos, no que se refere aos dados de beneficiários e implantação de programas, participação de membros, dentre outros aspectos, o estudo pôde constatar as

principais práticas, serviços ofertados, conquistas e desafios, de forma a fornecer um panorama da atuação do STTRP.

Dentro desta produção, foi possível averiguar que o STTRP apresenta grande importância para os trabalhadores e trabalhadoras rurais do município de Pombal, dentro de um contexto de dificuldades, de uma região de semiárido, de predominante agricultura familiar e de subsistência. Há a necessidade, porém, de serem elaborados planos mais claros, além da formação de um banco de dados e melhor acompanhamento e participação dos membros, para que as decisões contemplem realmente os interesses da maioria. É interessante que as conquistas e lutas sindicais sejam apresentadas aos membros, bem como à sociedade, como forma de fortalecer a importância da entidade no município.

Para concluir esta produção, é importante destacar as limitações desta, nas quais, incluem-se a limitação das informações, a ausência de dados mais consistentes, e o fato de não haver a consulta à percepção dos trabalhadores e trabalhadoras rurais sindicalizados, a respeito da atuação do STTRP, o que se torna uma sugestão para pesquisa futura, conhecer o perfil socioeconômico dessas pessoas, e assim, compreender de forma mais profunda a realidade da atuação do STTRP, no município de Pombal, Paraíba.

REFERÊNCIAS

[1] ABRANTES, A. P. et al. Atuação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras e Familiares de Aparecida-PB, no Alto Sertão Paraibano. INTESA – Informativo Técnico do Semiárido, Pombal-PB, v 11, n 2, p 28 - 35, jul - dez , 2017.

[2] ASA- Articulação no Semiárido Brasileiro: História da ASA. Disponível em: <<https://www.asabrasil.org.br/>> Acesso em: 20 out. 2019.

[3] CARLOTO, A. F.; ATIYEL, C. Políticas sociais no meio rural: a conquista do programa nacional de habitação rural. 6º Seminário Nacional Estado e Políticas Públicas 18 a 15 setembro de 2014- Uniãoeste-Toldo, PR.

[4] DIAS, E. C. Condições de vida, trabalho, saúde e doença dos trabalhadores rurais no Brasil. RENAST- Saúde do Trabalhador Rural. 2016. Disponível em: <<http://www.luzimarteixeira.com.br/wp-content/uploads/2009/11/saude-trabalhador-rural.pdf>>.

[5] DIEESE-ESTUDOS E PESQUISAS. O mercado de trabalho assalariado rural brasileiro. Outubro de 2014. Disponível em:

<<https://www.dieese.org.br/estudosepesquisas/2014/estpesq74trabalhoRural.pdf>> Acesso em: 20 out. 2019.

[6] ESMERALDO, G. G. S. L. et al. Políticas Públicas para os povos do Semiárido: Avanços e Desafios. SDA – Secretaria do Desenvolvimento Agrário Fortaleza, 2017.

[7] FERREIRA, H. C. Prestação de Contas. Instituto Federal De Educação, Ciência E Tecnologia – Paraná, 2012.

[8] INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE Cidades-Paraíba, Pombal. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/pombal/panorama>> Acesso em: 20 out. 2019.

[9] MALAGODI, E.; BASTOS, V. de S. Sindicato de trabalhadores rurais e agricultura familiar. In: XI Congresso Brasileiro De Sociologia 01 A 05 De Setembro De 2003. UNICAMP, Campinas – SP

[10] MARCUZZO, J. L.; RAMOS, Marília P. A definição de rural e urbano e o desenvolvimento regional: uma avaliação de diferentes metodologias de classificação. Redes, Santa Cruz do Sul-RS, v.10, n. 3, p. 103-128, Set./dez. 2005. Disponível em: <<https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/viewFile/11054/pdf>>. Acesso em: 26 out 2019.

[11] MARQUES, M. I. M. O conceito de espaço rural em questão. Terra Livre, São Paulo – SP, Ano 18, n. 19, p. 95-112 jul./dez. 2002.

[12] MATTOSINHO, C. M. S. et al. O empreendedorismo no âmbito das associações rurais. In: 48º Congresso SOBER, 25 a 28 de julho de 2010. Disponível: <<http://www.sober.org.br/palestra/15/1030.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2019.

[13] NASCIMENTO, G. J. do. Sindicatos de Trabalhadores Rurais: benefícios em face da contribuição sindical. Boletim Conteúdo Jurídico - ISSN - 1984-0454. Brasília-DF: 2015. Disponível em: <<https://conteudojuridico.com.br/consulta/Artigos/45330/sindicatos-de-trabalhadores-rurais-beneficios-em-face-da-contribuicao-sindical>>. Acesso em: 20 out 2019.

[14] OLIVEIRA, A. U. de. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. *Estudos Avançados* 15 (43), 2001.

[15] OLIVEIRA, G. D. de O. A Atuação Dos Sindicatos No Brasil E As Funções Que Exercem. *Revista do CEPEJ*, Salvador, vol. 20, pp 269-300, jul-dez 2017.

[16] PICOLOTTO, E. L. Pluralidade sindical no campo? Agricultores familiares e assalariados rurais em um cenário de disputas. *Lua Nova*, São Paulo, 104: 201-238, 2018.

[17] SILVA, M. G. da; DIAS, M. M. Organização política, agricultura familiar e estratégias de (des)envolvimento local: O caso de Espera Feliz-MG. Viçosa- MG, 2009.

[18] STTRP- Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadores Rurais de Pombal. História do STTRP. Pombal-PB, 2017 [doc].

[19] TOLEDO C.; AMODEO, N. B. P. Os papéis das organizações sindicais e a formação das políticas públicas para o meio rural: Estudo de caso em um município mineiro. *Desenvolvimento Em Questão*, Editora Unijuí, ano 12, n. 25, jan./mar, 2014.